

# Comissão aprova parecer sobre o Orçamento de 91

02 NOV 1990

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou ontem, sem emendas, o parecer preliminar do projeto de Orçamento Geral da União para 1991, elaborado pelo relator-geral, deputado João Alves (PFL/BA). À reunião, compareceram pouco mais de dez parlamentares de 84 membros permanentes. O projeto original, elaborado pelo Governo, foi mantido quase na íntegra, com pequenas modificações. O primeiro orçamento elaborado pela equipe econômica do presidente Fernando Collor prevê a receita e determina a despesa de Cr\$ 8,677 trilhões, em valores de maio deste ano. Agora, a comissão se reunirá em vários grupos, para discutir os anexos do projeto, ou seja, analisar as diversas destinações do orçamento.

Entre as alterações aprovadas pela sumária votação de ontem, os parlamentares votaram pela restrição do próprio trabalho nas subcomissões. As dotações esti-

puladas pelo parecer preliminar do deputado João Alves não poderão ser alteradas. Isso significa que o Governo já conseguiu sua primeira vitória. Pretensões como a da bancada do PT, de retirar Cr\$ 35,8 bilhões, destinados aos militares, e desová-los em áreas sociais, foram barradas. Agora, cada relator de cada anexo terá que se deter aos limites já fixados anteriormente pelo projeto do Governo — além dos dispositivos constitucionais.

Numa das poucas alterações propostas, o deputado-relator destinou Cr\$ 3,8 bilhões, da chamada reserva de contingência, para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e os ministérios da Agricultura, da Ação Social e da Infra-Estrutura, com fins específicos. Outros Cr\$ 3 bilhões, também oriundos da reserva de contingência, serão distribuídos entre o Judiciário, o Ministério Público da União e o Poder Legislativo. A próxima reunião da comissão será na quinta-feira, dia 8.

CORREIO BRAZILIENSE